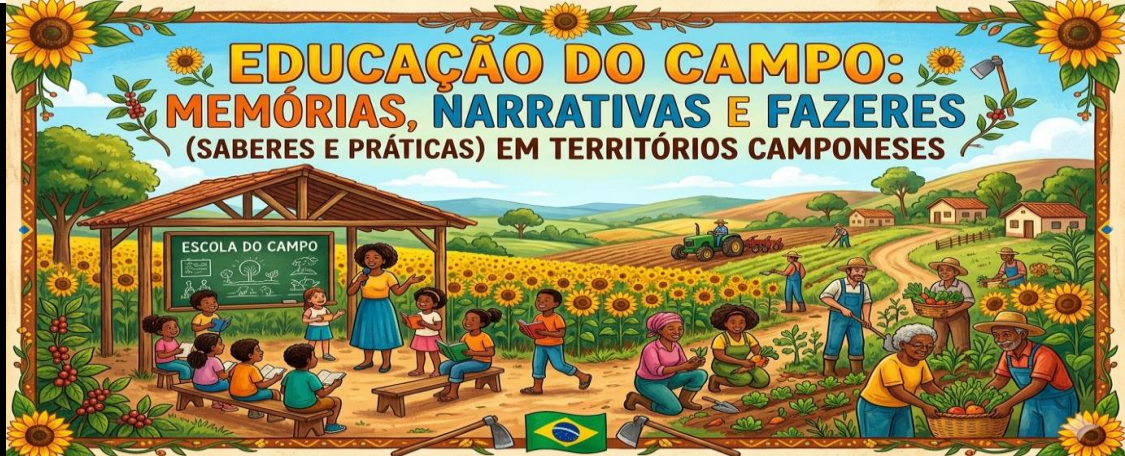




EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: NARRATIVAS E CONTEXTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

EXPERIENCES IN RURAL EDUCATION: NARRATIVES AND CONTEXTS IN EARLY CHILDHOOD AND ELEMENTARY EDUCATION

Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes

Universidade do Estado do Pará

anapaula.fernandes@uepa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1934-9221>

Angélica Mayra Santos Santana

Secretaria Municipal de Educação de Maceió

angelicasantana.ms15@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0241-1334>

RESUMO: A educação do campo ainda está permeada de desafios, embora se reconheça suas históricas conquistas. O presente texto é resultante do projeto de pesquisa financiado pela Capes e Fapespa e objetiva analisar experiências de gestão no cotidiano da educação infantil e dos anos iniciais em uma escola do campo em Belém-Pará. A metodologia contemplou a pesquisa de campo e obteve os dados por meio de entrevistas. O subsídio teórico se ancora em Fernandes (2021) e Fernandes, Santos e Albuquerque (2023). Em meio aos resultados, destaca-se: o fortalecimento da autoestima, reconhecimento territorial e a apropriação do espaço escolar impactam a formação humana e a escolarização das crianças do campo; a relação homem - natureza se materializa nos projetos educativos.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Povos tradicionais. Projetos educativos.

ABSTRACT: Rural education is still permeated with challenges, although its historical achievements are recognized. This text is the result of a research project funded by Capes and Fapespa, aiming to analyze management experiences in the daily life of early childhood education and the early years in a rural school in Belém-Pará. The methodology included field research and obtained data through interviews. The theoretical framework is based on Fernandes (2021) and Fernandes, Santos, and Albuquerque (2023). Among the results, we highlight: the strengthening of self-esteem, territorial recognition, and the appropriation of school space impact the human development and schooling of rural children; the human-nature relationship materializes in educational projects.

KEYWORDS: School. Rural communities. Educational projects.

Introdução

A construção histórica dos povos do campo e, em consequência, a educação, ainda requer atenção em suas especificidades em prol da dignidade e direito à vida e aos bens essenciais. A discussão em torno da Educação do Campo é antiga, inclusive no reconhecimento de sua terminologia e territorialidade. (Fernandes, 2022).

Há uma longa trajetória de lutas e reivindicações das populações do campo, dada sua pouca visibilidade e desigualdades em inúmeros aspectos nos diálogos políticos e construtos documentais como leis e similares. Associa-se aqui as poucas pesquisas divulgadas com os camponeses da região norte, em particular o estado do Pará.

Por tempos se compreendeu que a Educação rural era a voltada para manutenção do agronegócio; enquanto que a Educação do Campo advém de um viés sociofilosófico que apresenta propostas pedagógicas voltadas às escolas que assim se identificam. No entanto, algumas secretarias de educação reconhecem como escola do campo aquela dentro de comunidade quilombolas, indígenas ou ribeirinhas. Porém esta perspectiva tem excluído escolas que possuem matrículas de alunos que residem em territórios rurais (sítios, fazendas, comunidades pesqueiras, de marisqueiros, dentre outros) e estudam em escolas situadas em territórios distintos dos informados anteriormente (Fernandes, 2022).

A ausência de reconhecimento desse público implica práticas pedagógicas alheias ao seu contexto cultural e desprovidas de material didático de qualidade que valorize a identidade camponesa. Visto que a Constituição Brasileira (1988) garante a educação como direito universal, torna-se imprescindível pautar a educação no modo de vida, saberes e particularidades das crianças, visto que o sentimento de pertencimento escolar é crucial para a formação identitária.

Este trabalho contempla a educação infantil e anos iniciais com público do campo que historicamente vive um apagamento existencial refletindo nas desigualdades étnicas, regionais e de classe, mesmo em tão tenra idade. Em relação à isso, a Proposta para a expansão da Política da Educação Infantil do Campo (2014, p.11) manifesta preocupação sobre a desigualdade no oferecimento da educação

infantil do campo por concentrar-se os maiores indicadores de pobreza. Estende-se aqui os anos iniciais do ensino fundamental.

No cenário da Educação do Campo na Amazônia, Fernandes (2015) catalogou 293 produções no Portal da Capes entre 1996 e 2012, predominantemente de mestrado e vinculadas a universidades federais. A autora ressalta a escassez de Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado na área de Educação — campo que concentra o maior volume de pesquisas, seguido pela Psicologia. Nesse panorama, este estudo busca preencher uma lacuna acadêmica ao articular infância, escola e educação do campo, visando gerar contribuições para a literatura científica e as práticas educacionais.

Destaca-se que o estado do Pará contava com 1.745,77 km² de área urbanizada (Ibge, 2017) contra 1.245.870,704 km² de área da unidade territorial (Ibge, 2023). Os dados sugerem que a área resultante é não urbana e, com isso, configura-se um estado predominantemente rural. Compreende-se como rural as áreas de produção artesanal, cultivo, pesca, marisqueiros, e outros vinculados aos povos tradicionais.

O microcosmo encontra-se na ilha de Mosqueiro, um distrito administrativo do município de Belém; uma ilha fluvial localizada na costa oriental do rio Pará, no braço sul do rio Amazonas, em frente à baía do Guajará. Possui uma área de aproximadamente 212 km² e está localizada a 70 km de distância do centro da capital Belém. Possui 17 km de praias de água doce com movimento de maré. O nome "Mosqueiro" é originário da prática do "moqueio" do peixe pelos indígenas tupinambás que habitavam a ilha. Sobressai-se a pesca.

Desta feita, apresenta-se experiências gestoras no cotidiano da escola de educação infantil e anos iniciais em território do campo em Belém-Pa. Os dados foram coletados na comunidade tradicional na ilha de Mosqueiro, em Belém, de 2017 a 2021.

Assim, dispõe-se a responder: como as experiências gestoras no cotidiano da escola de educação infantil e anos iniciais em uma escola do campo, evidenciam seus impactos na formação das crianças e na relação com o território?

O presente texto está organizado com a seguinte estrutura: introdução, com a apresentação da temática e sua problematização; seguida dos procedimentos

metodológicos; resultados e discussão com seus respectivos eixos de discussão, e as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

A metodologia contemplou a pesquisa de campo (Flick, 2009), do tipo exploratória, com coleta de dados a partir das entrevistas com duas professoras gestoras, uma na condição de coordenadora da Educação do Campo na Secretaria de Educação e a outra, gestora da escola A, dentro da comunidade em Mosqueiro-Pa.

As entrevistas utilizadas neste artigo compõem a pesquisa original intitulada “A escolarização dos alunos com deficiência nas comunidades ribeirinhas”, realizada nas ilhas de Cotijuba, Combu, Caratateua e Mosqueiro. Os participantes da pesquisa foram os coordenadores pedagógicos, professores de sala de recursos multifuncional e professores de classe comum. A pesquisa foi realizada no período de 2017 a 2021 com financiamento FAPESPA/Capes.

A escolha da entrevista semiestruturada ocorreu por compreender que na entrevista é possível “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 134)

O roteiro de entrevista contemplou informações pessoais e profissionais, a estrutura física da escola, a organização do ensino, a sala de recursos multifuncional, a prática docente e a formação continuada. Consideramos ter abrangência e singularidade necessária às informações que subsidiaram a pesquisa.

Houve solicitação à Secretaria de Educação anuindo a pesquisa e para entrevista com os gestores. Foi enviado o roteiro para a Secretaria de Educação e após a análise foi autorizada. Agendamos a ida ao *locus* na companhia da coordenação da educação do campo.

O *locus* tem acesso pelos rios e pela rodovia e optamos pela segunda. O percurso foi registrado a partir da saída de Belém (sede), percorreu-se a rodovia BR-316, a PA-391 até próximo ao pórtico de Mosqueiro (Belém-ilha). Adentrou-se a área

considerada como comunidade e registrou-se o difícil acesso, percurso longo e com poucas residências.

A coordenadora local nos mostrou as instalações da escola, a comunidade e o porto onde as crianças embarcam e desembarcam. Em seguida, deu-se início à entrevista.

Utilizou-se a categorização de Bardin (2015) para análise dos dados e as categorias temáticas elencadas, são: 1) escola e a concepção de educação do campo; e, 2) recursos para os professores e projetos educativos.

Os cuidados éticos foram subsidiados pela Resolução nº 510 (Brasil, 2016). Também com aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos sob nº 11054512.0.0000.5504.

Resultados e discussão

Apresenta-se os dados e resultados obtidos por meio de entrevistas com duas gestoras vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Belém e estão organizadas em categorias temáticas, apresentadas a seguir:

- Escola e a concepção de educação do campo

Dialogar acerca da escola e da concepção de educação do campo não se limita a falar apenas em uma escola situada na zona rural de determinada região. Conforme afirma a coordenadora local (2017), “o que faz uma escola de campo ser de campo é o público que atende”. Burocraticamente, a escola foi reconhecida como escola do campo em 04 de novembro de 2016, e “infelizmente as pessoas ainda não conseguem entender que a educação do campo, por ser uma modalidade de ensino, ela precisa ser institucionalizada para ela ganhar força”, reforça a coordenadora da Educação do campo. O esforço que as famílias fazem para que suas crianças tenham acesso à educação institucionalizada, a afetividade e a aproximação das crianças e de suas famílias para com os agentes da escola, são características destacadas pela professora entrevistada em questão, como algo singular deste público.

A estrutura arquitetônica da escola contempla material regional e tem formato de octágono, seu telhado é de palha e material natural similar que permite ambiente mais agradável, menos calor e maior permanência em sala de aula. Em seu arredor

está a área administrativa, quadra de esportes, horta comunitária e demais salas de aula e banheiros. A escola está inserida no meio de sua comunidade, sua organização se assemelha aos de comunidades indígenas e quilombolas e ao centro dispõe de uma área de convivência e recreação; no entorno, há a igreja, a escola e as residências que se seguem até as proximidades do porto local.

Para Fazzioni e Modler (2022, p. 390) discutir a concepção de escola do/no campo também inclui elaboração de espaços democráticos e dinâmicos para a comunidade. E ainda, tornar a escola capaz de acompanhar as necessidades da Educação do campo, potencializando os processos internos e seu papel social.

Fazer educação do campo é compreender e valorizar de forma efetiva e significativa os sujeitos envolvidos, o ambiente, a produção, os modos de vida locais e trabalhar considerando esta realidade que está próxima, para que os projetos sejam desenvolvidos dentro deste contexto familiar para as crianças e o conhecimento seja uma forma de agregar valor e subsidiar as ações futuras daqueles seres sociais que atuam e atuarão naquela realidade.

Para Fernandes (2021, p.12) essa modalidade de ensino se concretiza em tempo-espço próprio e adentra a escola, sua rotina e sua conexão com a natureza. Evidencia ainda que a natureza não é estática e integra a relação holística de homem.

Segundo a coordenadora local, fazer a educação do campo é também trabalhar a autoestima e valorização das crianças no cotidiano: “uma das coisas que a gente trabalha muito, trabalha até hoje é a autoestima, a valorização deles enquanto morarem na zona rural, que muitos não são aceitos nas escolas quando saem daqui”. Para Pol (1996, p.31) a apropriação do espaço reforça a autoimagem da criança diante de si mesma e dos outros e desenvolve o senso social de comunidade.

A “vivência” constitui um processo elementar à existência humana, definido como a unidade entre personalidade, consciência e meio, demarcada por relações de significado e sentido. Conforme Veresov (2017), trata-se de uma unidade complexa que integra emoções, cognição, memória e conflitos. Ao incorporar a apropriação do espaço e a identidade de lugar, infere-se uma interação pessoa-meio particularizada

no tempo e no espaço, onde o sujeito imprime características e afetos ao entorno, construindo significados sobre sua forma de ocupação.

A apropriação do espaço é, portanto, central na constituição da identidade do sujeito com o lugar que habita. Arcaro e Gonçalves (2012) reforçam que o lugar é incorporado à identidade individual, em um movimento onde o ambiente físico constitui o sujeito. Esta identidade de lugar advém da apropriação, compreendida como o sentimento de posse e gestão do espaço pelo uso habitual, influenciado por fatores culturais, sociais e estilo de vida.

Nessa relação pessoa-ambiente, há uma carga subjetiva que transforma o espaço em um local familiar e íntimo. Gonçalves (2007) corrobora que pertencimento, apropriação e identidade social estão interconectados, revelando o tipo de apego que o sujeito desenvolve com seu entorno.

É comum nos depararmos com situações em que, aos olhos de uma parcela da sociedade, o fato do sujeito ser ribeirinho ou ser da zona rural faz com que ele seja enxergado com menor valor, inclusive sofra julgamentos ao ser inserido em outro ambiente educacional, “[...] é quando você começa alijar o teu colega porque ele veio de um município ou ele veio de uma escola que na verdade julgam que tá aquém[...]”, reforça a coordenadora local.

- Recursos para os professores e projetos educativos

É plausível reconhecer o encantamento proporcionado pelas artes, mas como em todo o cenário brasileiro, os marcadores educacionais evidenciam a leitura, a escrita e o cálculo (Brasil, 2018). Nas comunidades ribeirinhas o trabalho pedagógico realizado pelos educadores envolve o desenvolvimento de habilidades manuais, a preservação do meio ambiente, o prazer pelas artes, a valorização do patrimônio natural e a apropriação da leitura, da escrita e o domínio do cálculo; estas três últimas, apesar de desenvolvidas com muita intencionalidade, são consequências dos estímulos e provocações oriundos das primeiras apreciações.

Para Cassimiro (2012), com base em Vigotski, a imaginação infantil é desenvolvida com o auxílio tanto da linguagem, quanto das experiências vivenciadas pela criança e no artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança, apresenta que os Estados Partes reconhecem (e devem respeitar e promover) o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias

da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística, em condição de igualdade. Ressalta-se aqui a relevância da articulação cultural e territorial dos camponeses.

Ao longo do percurso educacional são desenvolvidos projetos que integram a comunidade e a realidade local como o Sarau que reúne poesia, música, contos amazônicos e as memórias locais, que exala a riqueza da literatura, estimula o gosto pela leitura, destaca a sua função social, exercita a fluência, bem como são experiências envolventes e significativas, uma vez que respira a cultura local presenciada cotidianamente pelos educandos.

há a necessidade de que as políticas públicas para a Educação do Campo considerem o aluno em seu contexto cultural e social para, assim, entender que o meio rural precisa de escolas em boas condições físicas e de materiais adequados e de qualidade para que os profissionais da educação possam desenvolver uma prática pedagógica significativa e com identidade camponesa, a fim de evitar a evasão dos alunos do campo para a cidade (Rolim; Alves, 2021, p. 129)

Nesta perspectiva, a coordenadora local enfatiza que os recursos dito industrializado, são poucos, são mais escassos, em contrapartida se apropriam do amplo espaço que a escola dispõe e os elementos naturais como a produção dos pincéis e tinta.

Até pincéis, a gente pega os matinhos e corta, bate a cabeça dele, usa como pincel. O professor faz a tinta, ele pega a cola, pega o açaí, ele bate bem o açaí na cola, ele muda de cor, ele fica batom rosa, batom vermelho, batom vinho. Então assim, são os recursos naturais que a gente vai usando, mas que a gente precisa ter para as crianças possibilitar o melhor aprendizado para elas.

Esse uso de recursos naturais não é apenas uma alternativa à escassez, mas uma valorização do território e da sustentabilidade. A iniciativa dialoga com a proposta da Unesco (2015, 2019) de promover o bem-estar social, a equidade e a inclusão de aprendizes historicamente excluídos (como povos indígenas e demais povos do campo), garantindo a importância de todo estudante.

No desenvolvimento dos projetos educativos, o pertencimento é um aspecto muito explorado e denuncia a propriedade que os envolvidos possuem quando se

fala do seu território, dos seus recursos naturais e das singularidades do seu contexto. Para Fernandes, Santos e Albuquerque (2023, p. 1068) concluíram que “a organização das instituições de Educação Infantil do Campo são vivenciadas pelos/as diferentes sujeitos/as da comunidade educativa, afetando a construção da identidade da criança e a oferta com qualidade das experiências ali vividas”. Compreende-se que a conclusão das autoras é extensiva às crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Esse pertencimento e busca constante pela valorização e exploração daquilo que é local não extingue a necessidade de conhecer e se apropriar do que é externo, porém básico para a sobrevivência, como é o caso das tecnologias.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar experiências de gestão no cotidiano da educação infantil e dos anos iniciais em uma escola do campo em Belém-Pará, através da pesquisa de campo e dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas.

Os achados demonstram que as práticas de gestão analisadas fomentam uma educação contextualizada ao integrar território, identidade e ação pedagógica. As experiências de educação do campo evidenciam que a aprendizagem é potencializada por vivências genuínas. Compreender e valorizar o contexto permite aos sujeitos apropriarem-se da realidade, refletindo sobre ela para promover melhorias e novas conquistas no seu cenário local, embora persistam desafios estruturais.

Referências

1. ARCARO, Rosevane; GONÇALVES, Teresinha Maria. Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina. **Ra’e Ga: o Espaço Geográfico em Análise**, [S. l.], v. 25, 2012. DOI: 10.5380/raega.v25i0.28003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/28003>. Acesso em: 20 abr. 2026.
2. BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2015.

3. BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
4. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
5. BRASIL. **Educação Infantil do Campo** - Proposta para a expansão da política. Brasília/DF, 2014.
6. BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 20 abr. 2026.
8. CASSIMIRO, Maria Aparecida D'Ávila. **Os espaços da Educação Infantil no campo na lente das crianças**. (Dissertação de Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.
9. FAZZIONI, Gabriela Maria; MODLER, Néborá Lazzarotto. Arquitetura escolar e educação no/do campo: uma proposta para o município de Concórdia/SC. **Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 6, n. 20, p. 386-401, 2022.
10. FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **Relatório de Pesquisa O protagonismo da criança ribeirinha com deficiência na educação infantil (2021-2022)**, 2022.
11. FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos (Org). **Relatório de Pesquisa A Escolarização dos alunos com deficiência nas comunidades ribeirinhas 2017-2021**, 2021.
12. FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; OLIVEIRA DOS SANTOS, Marlene; SANTOS DE ALBUQUERQUE, Simone. Educação Infantil do Campo: diálogos sobre o espaço, o ambiente e a arquitetura escolar. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 39, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i39.1889. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1889>. Acesso em: 18 mar. 2026.
13. FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **A escolarização da pessoa com deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Paraense**. (Tese de

- Doutorado, Universidade Federal de São Carlos). Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/7256>
14. FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 15. GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e Poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Editora: Unijuí, 2007.
 16. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e Pesquisas**. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2026
 17. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 20 abr. 2026
 18. POL, Enrique. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, Lupicínio & POL, Enrique (Org). **Monografies Psico/Socio/Ambientals**: cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: *Publicacions Universitat de Barcelona*, v. 9, 1996, p. 45-58.
 19. ROLIM, Inaiara Alves; ALVES, Cândida Maria Santos Daltro. Arquitetura escolar: um olhar sobre a infraestrutura e as condições de funcionamento de uma escola do campo de Serra do Ramalho/BA. **Revista Velho Chico**, Bom Jesus da Lapa, v. 1, n.1, p. 124-143, 2021.
 20. UNESCO. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso: 20 abr. 2026.
 21. UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília: UNESCO, 2019.
 22. UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança, de 24 de setembro de 1990**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 21 abr. 2026.

- 23.VERESOV, Nikolai. The concept of Perezhivanie in Cultural-Historical Theory: content and contexts. In: FLEER, Marilyn *et al* (eds). *Perezhivanie, emoticons and subjectivity, Perspectives in Cultural-Historical Research*, n. 1, 2017. DOI 10.1007/978-981-10-4534-9_3



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).